

Contas Públicas Estadual

O resultado primário do Estado no acumulado até o quarto bimestre de 2020 foi de cerca de R\$ 1,08 bilhões, valor 73% maior que o resultado primário acumulado no mesmo período de 2019, quando foi pouco mais de R\$ 622 milhões. No primeiro bimestre de 2020 a receita primária foi 30% maior quando comparado com o primeiro bimestre de 2019. O resultado primário representa o esforço fiscal do governo para diminuir o estoque da dívida. A figura 1.1.1 apresenta variação da receita e despesa primária acumulada até o bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

No quarto bimestre a receita primária apresentou um crescimento de 10% no acumulado até quarto bimestre, representando um desempenho melhor que 2019, quando a crescimento da receita primária foi de pouco menos de 10%. As despesas primária cresceu somente 2,03%, no mesmo período de 2019 cresceu 6,48%. O baixo crescimento da despesas primária em 2020 contribuiu para um resultado primário elevado até o quarto bimestre de 2020.

Observando as despesas por categoria – figura 1.1.2 – no acumulado até o quarto bimestre houve aumento nos gastos com assistência social, que cresceram 132% em relação ao quarto bimestre de 2019. Gastos da previdência social também apresentou crescimento na ordem de 16,25%, seguido pelos gastos com saúde crescendo 12,85% em relação a 2019.

Gastos com administração, educação e segurança pública encolheu -6,85%, -5,69% e -12,69% respectivamente.

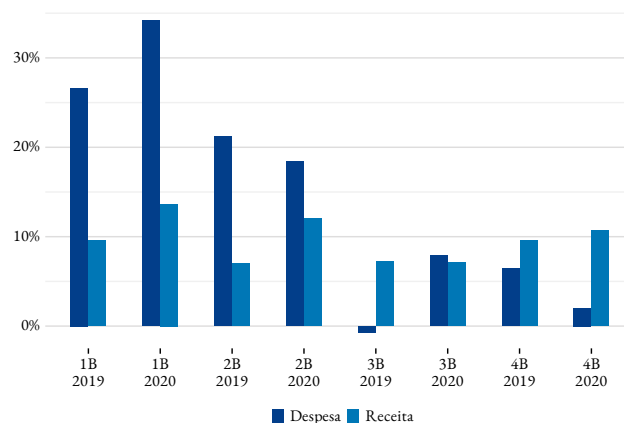
As despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida RCL, figura ??, mostra parcela da RCL destinada ao pagamento de despesas com pessoal no acumulado do quarto bimestre de cada ano. Até agosto as despesas com pessoal em relação a RCL diminui pelo segundo ano seguido. No segundo quadrimestre de 2015 essa relação estava em 51,5%, acima do limite máximo de 49% para o executivo estabelecido na LRF. Em 2016 ficou em 51,7%, seguido por uma leve redução em 2017, em 2018 as despesas em proporção a RCL chegou em 55,3%. De 2019 a 2020 a redução na relação foi de -11,74%.

A dívida consolidada líquida (DCL) do Estado em relação a RCL até agosto apresentou queda. Em agosto de 2020 a relação DCL/RCL ficou em 44,1%, valor abaixo do limite definido pelo Senado Federal para os Estados, de duas vezes a receita corrente líquida. Entre 2017 e 2017 a DCL em proporção à RCL aumentou, saindo de 30% para 52,3% em 2019 – figura ??.

O capacidade de pagamento (CAPAG) traz informações a cerca da situação fiscal do Estados e Municípios. A nota é utilizada para Estados contrair empréstimos com garantia do Governo Federal. A nota atribuída a cada Estado (A, B ou C) ou Município é derivada de três indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. Em 2020 apenas o Espírito Santo obteve nota A. O Tocantins ficou com nota C por três anos seguidos – tabela 1.1. Notas A e B permite que o Estado receba garantia da União para solicitar novos empréstimos.

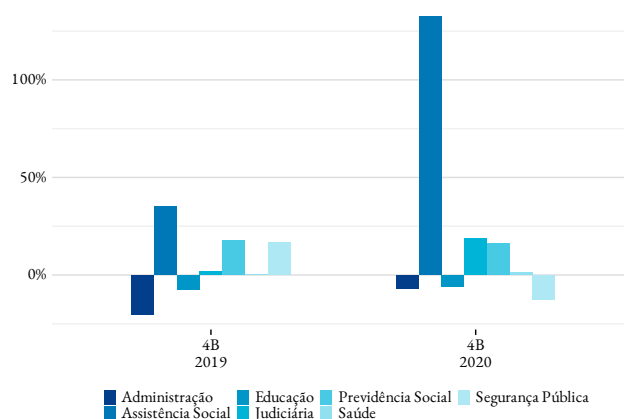
Dos Estados da região norte, os que apresentaram pior nota foi Roraima e Tocantins. Rondônia aparece como o Estado

Figura 1.1.1 Variação da receita e despesa primária acumulada
Variação acumulada em relação ao bimestre do ano anterior



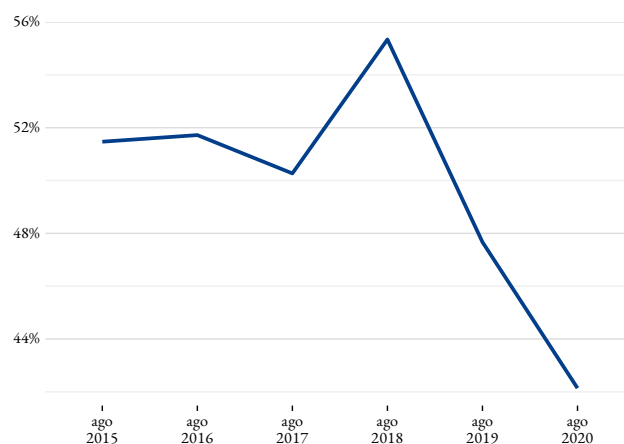
Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

Figura 1.1.2 Variação da despesa por categoria
Variação acumulada em relação ao bimestre do ano anterior



Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

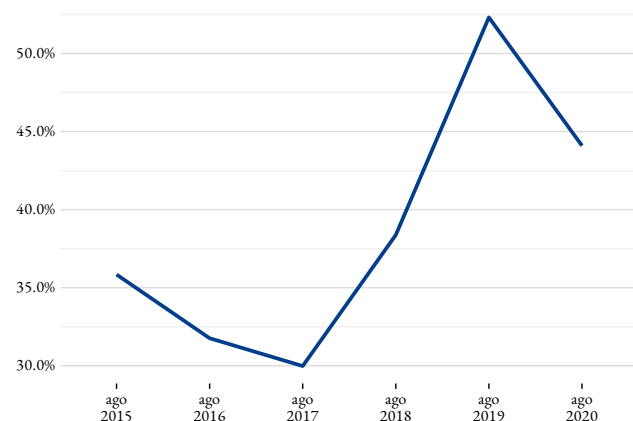
Figura 1.1.3 Despesa Total com Pessoal em relação à RCL
RCL e despesa acumulada até agosto



Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

Figura 1.2.1 Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

RCL e DCL acumulada até agosto



Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

com melhor evolução, Saiu de B para A entre 2019-2020, a queda no endividamento de 65,41% para 57,6% e a redução na relação obrigações financeiras/disponibilidade de caixa e a queda na sua liquidez para 19,1% garantiu nota A em todos os indicadores.

O Tocantins apesar de manter a mesma nota, teve pioras em todos os indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez. O endividamento que representa a dívida consolidada bruta em relação a receita corrente líquida aumentou de 46,35% para 67,6%, a poupança corrente que corresponde a relação despesas correntes e receita correntes ajustadas também apresentou uma pequena piora, aumentou de 94,56% para 95,9%. Um índice de poupança corrente menor garante nota maior, pois melhor será a capacidade da receita corrente de financiar investimentos. O último indicador, liquidez, foi de 577,5% em 2020, ante 539,40% em 2019.

para obter nota A, o Estado ou Município deve ter um índice menor que 100%, o que significa que sua disponibilidade em caixa é maior que suas obrigações financeiras. O Tocantins tem um índice de 577,5%, em 2019 era 539,40%.

De todos os indicadores do Estado, endividamento e poupança corrente estão em melhor situação, pois estão mais próximo do limite para receber uma melhor nota. Para conseguir uma nota A no índice de endividamento o Estado deve conservá-lo abaixo de 60%, atualmente está com 67,6%. No índice de poupança corrente, para garantir uma nota B o índice deve maior ou igual a 90% e menor que 95%. Para uma nota A, basta que seja menor que 90%, atualmente está em 95,9%, bem próximo de 95%. O índice de liquidez é uma situação mais delicada para o Estado, ele tem maior peso na nota final. Para obter uma nota B é necessário obter A no índice de liquidez e nota acima de C (B ou A) na poupança, independente da nota do endividamento.

Tabela 1.1 Nota da capacidade de pagamento

Indicadores da CAPAG

UF	Endividamento		Poupança Corrente		Liquidez	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
AC	B	B	B	B	A	A
AM	A	A	B	B	A	A
AP	B	B	A	A	A	-
PA	A	A	B	B	A	A
RO	B	A	A	A	C	A
RR	A	A	A	A	C	C
TO	A	B	B	C	C	C

Fonte: Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, 2019-2020/Tesouro Nacional